



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.
CEP: 70.308-200 – Brasília/DF
(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

**ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS
DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 12 E 13 DE JUNHO DE 2016**

1 Nos dias 12 e 13 de junho de 2016, na sala de Reuniões Plenárias, localizada no 10º andar, do
2 Edifício Parque Cidade Corporate, Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 16ª
3 Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, com seguintes pontos de
4 pauta: aprovação das Atas das 13ª, 14ª e 15ª Reuniões Ordinárias do CNDH, situação da
5 Coordenação-Geral do CNDH, informes, 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos -
6 Comissão Organizadora, relato sobre as Comissões Permanentes do CNDH - Coordenadoras e
7 Coordenadores das Comissões, relato de acompanhamento sobre Caso MST – Paraná, relato sobre
8 2ª missão GT sobre Indígenas na Região Sul, definição sobre as missões à Mariana à Rondônia e à
9 Belo Monte, aprovação do relatório sobre o Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará,
10 homologação de Moção da 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, aprovação de texto de
11 representação junto ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no DF, Marcos Marcelo
12 Goulart, por prática de ato de improbidade administrativa da Presidente do IBAMA, apresentação
13 de Representação do GT Belo Monte para abertura do processo apuratório de condutas e situações
14 contrárias aos direitos humanos e aplicações de sanções (Resolução nº 05, de 03 de setembro de
15 2015), aprovação de Resolução sobre o Planejamento de atividades do Conselho Nacional dos
16 Direitos Humanos, deliberação sobre a postulação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos
17 junto ao Alto Comissariado de Direitos Humanos (ONU) para reconhecimento como Instituição
18 Nacional dos Direitos Humanos, conclusões e encerramento, Estiveram presentes à Reunião: Ivana
19 Farina Navarrete Pena (Presidente do CNDH, Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do
20 Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, titular); Cristian Ribas (ENEGRECER);
21 Everaldo Bezerra Patriota (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); Carlos Magno Silva Fonseca
22 (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT); Leonildo
23 José Monteiro Filho (Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, titular); Maria Madalena
24 Nobre (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down-FBASD, suplente); Helena
25 Martins do Rego Barreto (Intervozes, titular); Lurdinha Nunes (Movimento Nacional de Direitos
26 Humanos – MNDH, titular), Adelar Cupsinski (CIMI, titular), Maria Dirlene Marques (Rede
27 Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – RNFS, titular), Jandyra
28 Massue Uehara Alves (CUT); Darci Frigo (Plataforma Dhesca Brasil), Secretário Rogério Sottili
29 (Secretário da Secretaria Especial dos Direitos Humanos), Paulo Roberto Maldos (Secretaria
30 Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH, suplente), Thiago Almeida
31 Garcia (Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, suplente); Pedro Saldanha (Ministério
32 das Relações Exteriores – MRE, suplente); Aurélio Virgílio Rios (Procuradoria Geral da República -
33 PGR, suplente), Luciano Mariz Maia (Procuradoria Geral da República – PGR, suplente); Francisco
34 Nóbrega – (Defensoria Pública da União, suplente); Vera Silvia Facciolla Paiva (Conselho Federal
35 de Psicologia – CFP); Renata Studart (Coordenadora-Geral do CNDH); Cristiane de Castro da Cruz
36 (assessora do CNDH); Cláudio Picanço Magalhães (assessor do CNDH); Luiz Soares Luz (CUT),



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

37 Bruna Lóssio (CNJ), Laura Guedes de Souza (SAL/MJ), Danielle Vieira (DPU), Joelda Nery
38 (MNDH) Igor Valois (PFDC/MPF), Luana Natielle (Dhesca-Brasil). A Presidente do CNDH saudou
39 todas e todos e lembrou que é a primeira plenária em que está conduzindo a reunião como
40 presidente eleita. Falou da situação atual política do Brasil com a troca do comando do governo e
41 que o CNDH é órgão de estado, criado por força da Lei 12986/2014, e que atuará independente das
42 mudanças estruturais. A Presidente do CNDH trouxe para a pauta a questão do cargo de Secretário
43 Executivo do CNDH, que ainda é na estrutura da SDH nomeado como Coordenação Geral do
44 CDDPH, órgão que o CNDH substituiu. Sugeriu que o CNDH ratifique a atual Coordenadora
45 Renata Studart como Secretária Executiva do Conselho. O conselheiro Darci Frigo disse que a
46 decisão de definição dos componentes da sua estrutura vai ao encontro do que o Conselho sempre
47 defendeu, a sua autonomia. A indicação foi aprovada por unanimidade. A conselheira Lurdinha
48 Nunes informou que ela não poderá participar da próxima plenária e que a suplente da CUT poderá
49 substituí-la. A conselheira Lurdinha Nunes disse que foi bastante desagradável o momento do
50 cadastramento dos observadores, pois algumas vezes ela era desautorizada a permitir a entrada de
51 participantes. Disse que algumas delegadas eleitas não foram incluídas pela coordenação estadual,
52 mas que conseguiram participar da Conferência, em reunião com a Comissão Organizadora do
53 CNDH. O conselheiro Christian Ribas disse que esteve na Conferência estadual do Rio de Janeiro.
54 Apesar da representante do estado não ser uma pessoa de fácil diálogo, as denúncias de fraude no
55 processo eleitoral no estado não tinham aparecido até a última semana antes da Conferência
56 Nacional. Relatou ainda que, no caso dos representantes da CONAQ, o que aconteceu é que
57 representantes do poder público do município de Campos dos Goytacazes entraram como
58 representantes da sociedade civil. A representante do estado Regina Bordallo confirmou a situação e
59 enviou um e-mail ao CNDH solicitando a substituição dos delegados do poder público que estavam
60 ocupando de forma fraudulenta o lugar das representantes da sociedade civil. Disse acreditar que a
61 situação terá desdobramentos no estado. A Presidente do CNDH, Ivana Farina, disse que apesar das
62 dificuldades, recebeu vários elogios da realização da Conferência de Direitos Humanos, das pautas
63 apresentadas e construídas e manutenção do evento nesse momento político. A Coordenadora do
64 CNDH, Renata Studart, disse que o cadastramento dos delegados, dos participantes e dos
65 observadores seguiu o que estava definido no Regimento Interno e nas deliberações do Conselho.
66 As pessoas que não estavam na lista como observadores foram alocadas na medida do possível
67 como participantes. A conselheira Maria Dirlene disse que apesar das diversas dificuldades, a
68 Conferência foi exitosa, conseguiu ser realizada, houve a interação dos diversos seguimentos em
69 diversas pautas. A presença de delegados em número expressivo provenientes das Conferências
70 temáticas propiciaram essa interação e ampliação da visão de direitos. O conselheiro Darci Frigo
71 disse que os defensores voltaram para casa com um renovação de luta na defesa dos direitos
72 humanos. A conselheira Helena Martins desejou bom dia a todas e todos e parabenizou a equipe da
73 SDH pela realização da Conferência. Disse que a reunião do Conselho com diversos representantes
74 da sociedade civil foi fundamental para a apresentação das funções e estrutura do Conselho e para o
75 papel articulador na criação de conselhos estaduais e municipais. A conselheira Maria Dirlene



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

76 relatou que na Comissão Permanente do Direito à Cidade foi discutida a questão conceitual da
77 Comissão. Disse que o Rio de Janeiro será o primeiro local a ser acompanhado pela Comissão, pois
78 é o estado onde se encontram os grandes empreendimentos urbanos construídos para a realização da
79 Copa e das Olimpíadas. A proposta da Comissão é realizar uma audiência pública no Rio de Janeiro,
80 com a participação da urbanista Raquel Rolnik e a Defensoria Pública do estado. Foram
81 apresentados também como sugestão os nomes para participação, Bia Goulart, Isabel Maior e
82 movimento Mães de Direito. Reforçou que o CNDH deva ter uma visibilidade maior de suas ações
83 nos meios de comunicação. Proposta de data: 17 e 18 de junho (Maria Dirlene, Everaldo Patriota,
84 Maria Madalena, Sandra Carvalho e Silvana Abramo). O conselheiro Everaldo Patriota apresentou a
85 reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Privação de Liberdade. Apresentou
86 os objetivos da Comissão sobre as relações de trabalho, educação, privatização, ausência de
87 estrutura de saúde e combate a violência institucional. Os aparelhos de custódia e de privação de
88 liberdade devem responder satisfatoriamente a recuperação do cidadão, pois há uma ausência de
89 política de ressocialização. Quanto aos participantes da Comissão, foram definidas as seguintes
90 instituições: Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura, CNMP, PFDC, CONANDA, CNPCT,
91 CONDEGE, CONATRAE, RENILA, Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, ANCED,
92 CFM, Ouvidoria do Sistema Penitenciário Nacional, OIT, CUT, Departamento de Monitoramento
93 do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça. A Comissão irá acompanhar também as
94 unidades de privação de liberdade que respondem por medidas cautelares de organismos
95 internacionais. A conselheira Vera disse que o senhor Ileno do CFP é também representante do
96 Comitê de Combate a Tortura e solicitou que ele seja colocado como representante da Comissão.
97 Foi deliberada a criação de uma lista de e-mail dos integrantes da Comissão. Foi definido que os
98 integrantes da Comissão irão fazer o os seguintes contatos: Silvana Abramo - CNJ, OIT, Ministério
99 Público do Trabalho e CONATRAE; Leonardo Pinho - RENILA, CUT e Movimento Nacional de
100 Luta Antimanicomial; Everaldo Patriota - CFM, CNMP, PFDC, Conselho Nacional de Política
101 Criminal e Penitenciário, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e Ouvidoria do
102 Sistema Penitenciário Nacional; Thiago Takay – CONDEGE; Lurdinha Nunes – ANCEDE e
103 CONANDA. O conselheiro Darci Frigo fez o relato da reunião da Comissão Permanente dos
104 Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, povos e comunidades tradicionais, atingidos por
105 grandes empreendimentos e trabalhadores/as rurais envolvidos em conflitos fundiários. Relatou as
106 missões a serem realizadas, entre elas, a do GT Indígena da Região Sul, nos dias 30 de maio a 03 de
107 junho. A comissão deliberou pelo envio um ofício à Santa Catarina sobre a decisão da Juíza que
108 proferiu sentença sobre a guarda dos filhos da quilombola Maria das Graças, sob a alegação de
109 incapacidade por ser descendente de escravos. O conselheiro Francisco Nóbrega disse que estão
110 aguardando o recebimento do processo para as ações no recurso impetrado. O acesso ao documento
111 está sendo requisitado à advogada que está acompanhando o caso. A Presidente do CNDH disse que
112 se o documento está em situação de sigilo deve-se ter o cuidado com a divulgação do documento.
113 Foi solicitado que a senhora Maria da Graça entre com o pedido formal ao CNDH, trazendo a cópia
114 da sentença. Continuando o relato sobre a Comissão, o conselheiro Darci Frigo informou que os



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

115 casos de violações dos direitos humanos dos quilombolas terá foco no segundo semestre de 2016.
116 Relatou o caso do assassinato de líderes do MST por policiais em Quedas do Iguaçu. A solicitação é
117 que o Conselho faça a designação formalmente de duas pessoas para o acompanhamento do caso,
118 um representante da sociedade civil e outro do poder público. Disse que a PF acompanhará a
119 exumação. Sobre a Comissão Permanente de Defensores, o conselheiro Darci Frigo solicitou que
120 seja elaborada uma Resolução para a criação do GT Rondônia. Foi confirmada a missão à Rondônia
121 de 30 de maio a 3 de junho de 2016. Participarão da missão: conselheiros Ricardo Barreto e
122 Everaldo Patriota, Antonio Neto, representante da Justiça Global, e Bruna Balbino, representante do
123 MAB. A PFDC local também participará. O conselheiro Pedro Saldanha relatou sobre a Reunião da
124 Comissão da População em Desenvolvimento. A Comissão instituiu os indicadores de população
125 em desenvolvimento. O IBGE será o responsável no Brasil pelo monitoramento desses indicadores.
126 Houve debates sobre mobilidade urbana e sobre demografia. A comissão é uma recomendação da
127 ONU que faz uma análise temporal de indicadores de desenvolvimento. A Comissão irá aprovar um
128 decreto mudando os seus integrantes e sugeriu que uma representante da Comissão do CNDH sobre
129 o direito à cidade represente o CNDH e que um representante da Comissão da População em
130 Desenvolvimento integre a Comissão do CNDH. O CNDH deliberou pela realização das
131 seguintes missões: GT Rondônia – 30 de maio a 03 de junho. Participantes da missão: conselheiros
132 Ricardo Barreto e Everaldo Patriota, Antonio Neto (Justiça Global) e Bruna Balbi (MAB); GT Rio
133 Doce – 30 de maio a 02 de junho. Participantes da missão: conselheiro Thiago Garcia, Leandro
134 Scalabrin (MAB) e conselheira Maria Dirlene; GT Indígenas da região Sul – 30 de maio a 03 de
135 junho (chegada por Foz do Iguaçu e volta por Curitiba). Participantes da missão: conselheiros
136 Adelar Cupsinski, Cristian Ribas, Darci Frigo e Francisco Nobrega, Cristhian Theófilo, Erika
137 Yamada, Rosane Kaingang; GT Belo Monte – 13 a 15 de junho. Participantes da missão:
138 conselheira Maria Dirlene, conselheiros Darci Frigo e Thiago Garcia. Contará também com a
139 presença da DPU e do MPF; Audiência Pública no Rio de Janeiro – 17 e 18 de junho. Participantes
140 da missão: conselheiras Maria Dirlene, Maria Madalena e Silvana Abramo, e conselheiro Everaldo
141 Patriota. O Secretário Rogerio Sottili disse que durante a crise política que o país atravessou o seu
142 trabalho nesses meses foram votados para os que têm os direitos violados. As conquistas de direitos
143 humanos foram realizadas após a redemocratização. Falou dos avanços em direitos humanos nos
144 últimos governos. A referência na realização dessas conquistas está expressa no PNDH3. Apesar do
145 PNDH3 terem recomendações que ainda não foram cumpridas, algumas delas de grande
146 importância foram realizadas, como a criação do CNDH, da CNV, de Mecanismo Nacional de
147 Prevenção e Combate à Tortura, entre outros. Ressaltou que parte da violência cotidiana está
148 respaldada na não punição dos torturadores durante a ditadura militar. Defendeu que o governo que
149 assume interinamente está ligado às pautas de retrocesso. A responsabilidade do Conselho aumenta
150 nesse momento, como sendo o guardião dos direitos humanos. Disse que no processo histórico há
151 momentos melhores e piores que teremos que seguir em frente. Finalmente agradeceu aos
152 conselheiros pela dedicação nos trabalhos e pediu desculpas por não ter conseguido implantar a
153 estrutura para a defesa dos direitos humanos, conforme tinha planejado, devido ao curto período de



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

154 tempo comandando na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, extinta pelo governo interino.
155 A presidente do CNDH Ivana Farina reportou a fala de São João Batista, que disse que “cada um é o
156 que faz”. Disse que pelas ações do Secretário ele merece o reconhecimento de todos conselheiros.
157 O Conselheiro Everaldo Patriota disse que a luta pelos direitos humanos sempre tem sido em
158 momentos adversos e que as contradições já estavam presentes no governo afastado, como no caso
159 da atuação do Programa de Defensores. A conselheira Helena Martins disse que já tinham passado
160 dirigentes na SDH que não sentiam as violações relatadas. Quando se falava dos casos de
161 homicídios, não havia uma repercussão. Agradeceu a sensibilidade do Secretário na condução dos
162 trabalhos. Disse que para tratar a questão de direitos humanos deve-se tratar a questão da
163 comunicação, na maneira como as pessoas veem o mundo. É necessário fazer uma nova arquitetura
164 de poder. A conselheira Vera Paiva disse que apenas no Brasil os direitos humanos são vistos como
165 direito de bandido e que esse fato está diretamente ligado com a não realização integral da justiça de
166 transição. Afirmou que quem está apoiando o processo de afastamento da presidenta eleita são os
167 que perderam direitos como classe dominante e que o Presidente Interino foi testemunha de defesa
168 do Coronel Brilhante Ustra. O conselheiro Cristian Ribas disse que a perspectiva é de perdas de
169 direitos como a lei de cotas. O conselheiro Carlos Magno disse que desde a eleição da presidente
170 Dilma, o objetivo claro dos meios de comunicação era derrubar o governo. Lembrou que o
171 judiciário tem o histórico de defesas das oligarquias no Brasil. Disse que houve sim muitos avanços.
172 Como exemplo citou que todos os estados possuem algumas instâncias de defesa LGBT. Disse que
173 o governo sempre atuou de forma republicana e que a perspectiva é que as violações aumentem.
174 A conselheira Madalena Nobre disse que o Conselho deve ficar atento para todas as violações que
175 virão para que possa atuar tempestivamente. O conselheiro Francisco Nóbrega disse que seria
176 importante fazer o diálogo com organismos internacionais sobre a questão da autonomia financeira
177 do CNDH. A representante da CUT disse que existem mais de 50 projetos de lei no congresso que
178 vão contra os direitos adquiridos, como a redução da idade mínima para o trabalho, a questão do
179 conceito de trabalho escravo. Disse que a CUT irá levar a questão da conjuntura para a ONU. Disse
180 que a questão da autonomia financeira é fundamental para saber como irá funcionar o conselho.
181 A Presidente do CNDH Ivana Farina disse que seria importante entrar em contato com o novo
182 Ministério para sabermos como será a autonomia financeira do Conselho e que mesmo que não seja
183 garantida essa autonomia, o CNDH terá que manter suas reuniões nem que seja em outros
184 auditórios, como na OAB. A conselheira Lurdinha Nunes disse que o Conselho deve buscar uma
185 maior visibilidade nesse momento. O conselheiro Darci Frigo questionou como seria possível o
186 Conselho se posicionar politicamente sobre a extinção da SEDH e evitar o esvaziamento de suas
187 ações como órgão do estado. Os conselheiros Carlos Magno e Cristian Ribas defenderam que o
188 Conselho se posicione em relação à extinção do Ministério. A conselheira Ivana disse que o
189 Conselho deve definir se terá um posicionamento institucional a ser enviado ao novo Ministro da
190 Justiça, cujo Ministério incorporou o Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Foi informado que
191 a MP será enviada amanhã ao Congresso. A conselheira Maria Dirlene sugeriu que o documento
192 apresente a análise histórica da Secretaria de Direitos Humanos e os compromissos internacionais



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

193 assumidos pelo Brasil. Foi deliberado o envio de um twitter pelo CNDH repudiando o Ministério
194 das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos direitos humanos. Foi aprovada a
195 manifestação do CNDH sobre o fim do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude
196 e dos direitos humanos. A presidente do CNDH disse que solicitou a reunião com o novo Ministro.
197 Em seguida, leu a mensagem que fez ao novo Ministro. Informou que é necessária a garantia de
198 estrutura física e de recursos humanos do Conselho. A conselheira Helena Martins apresentou o
199 relatório sobre o sistema socioeducativo do Estado do Ceará. O relatório do CNDH está também
200 respaldado pelos relatórios da Comissão Interamericana e pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e
201 de Combate a Tortura. Disse que nos centros há a participação de crime organizado, que o Juiz do
202 Estado relatou que os centros são cadeias sem a menor capacidade de ressocialização. Informou que
203 a SDH já repassou 2 milhões nesse ano para a construção das unidades. O Coordenador-Geral do
204 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Cláudio Augusto Vieira da Silva, disse que a
205 atual situação tem trazido o tráfico para as unidades. Informou que as unidades têm sido mantidas
206 por organizações que pagam muito mal aos seus funcionários. Ressaltou que a cultura judicial no
207 estado do Ceará pouco utiliza de execuções em meio aberto. O conselheiro Paulo Maldos disse que
208 as unidades do Ceará são prisões e os socioeducadores, carcereiros. Disse que o relatório tem que
209 promover medidas de curtíssimo prazo e fortalecer o protagonismo das mães. O conselheiro
210 Cristian disse que quando a juventude não é assassinada na rua, é submetida a situações de
211 confinamento mais cruéis do que acontece com os adultos. Foi aprovado o Relatório Final do GT
212 sobre sistema socioeducativo do Estado do Ceará. A Coordenação-Geral tomará providências para
213 publicação no site da SDH e no Diário Ofício da União. Foi aprovada também a Recomendação
214 solicitando o afastamento do Secretário da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do
215 Estado do Ceará, Josbestini Clementino. A Coordenação-Geral tomará providências para publicação
216 no site da SDH e no Diário Ofício da União. Será enviado um ofício ao Governo do Estado do
217 Ceará com a Recomendação do CNDH. A conselheira Helena Martins entregará no órgão para
218 registrar o protocolo de recebimento. Dando continuidade à pauta da reunião foi analisada a
219 homologação da moção de Pernambuco apresentada na 12ª Conferência Nacional dos Direitos
220 Humanos. Trata-se de uma moção que foi enviada pela delegação de Pernambuco, pela
221 representante Edna Jatobá, e que não foi levada à Plenário da Conferência. A moção será
222 homologada pelo Plenário do Conselho, pois trata-se de um caso omissio. O CNDH reconheceu a
223 ocorrência de extravio e homologou a moção para ser incluída nos anais da Conferência. Foi
224 realizada a leitura da moção que trata da morte do adolescente de 15 anos que estava no programa
225 de proteção a crianças e adolescente ameaçados de morte. Foi recebido também um recurso à
226 moção contra a Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, Regina
227 Bordallo, que não poderá ser analisado, pois o CNDH não tem competência para revogar moções
228 aprovadas na Conferência. O conselheiro Aurélio Rios propôs enviar um documento ao Procurador
229 Chefe da República para que promova a instauração de inquérito contra o IBAMA, sobre a licença
230 da operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A conselheira Maria Dirlene disse que o relatório
231 não falava apenas dos ribeirinhos, mas de varias pessoas atingidas e que o documento deveria



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

232 apontar para todos os atingidos. O conselheiro Everaldo Patriota disse que o documento é para a
233 instauração do procedimento e que com a execução do procedimento poderá haver a ampliação da
234 matéria. A presidente Ivana Farina disse que o documento trazido pela Procuradora Thais Santi era
235 direcionado à questão dos ribeirinhos e ao IBAMA, porém o relatório do Conselho ampliou os
236 atingidos e os responsáveis. Foi deliberado o envio de Representação do CNDH junto ao
237 Procurador-Chefe da Procuradoria da República no DF, Marcos Marcelo Goulart, por prática de
238 ato de improbidade administrativa da Presidente do IBAMA. A Presidente do CNDH Ivana Farina
239 informou que o conselheiro Aurélio Rios está se despedindo como representante da Procuradoria-
240 Geral da República. Disse que é a quinta transição que passa o CNDH e que o conselheiro Aurélio
241 Rios foi muito importante no fortalecimento das ações do Conselho, mesmo com as dificuldades de
242 gestão. Disse que os órgãos de Estado são fundamentais para o respaldo do CNDH. Reconheceu e
243 enalteceu a participação do conselheiro durante o seu período de atuação. O conselheiro Aurélio
244 Rios agradeceu a convivência com todos os conselheiros e que atuou como suplente da PGR desde
245 a época do CDDPH. Louvou a participação paritária de membros da sociedade civil e do poder
246 público no CNDH. Disse que o quadro político que se apresenta demanda a ação de órgãos
247 autônomos de defesa dos direitos humanos. Disse que não esperava que o Brasil passasse pelo
248 momento que está passando, pois acreditava que as instituições estivessem mais fortalecidas.
249 Afirmou acreditar que a incorporação da pauta pelo Ministério da Justiça não passa pelo
250 enxugamento da máquina, mas um enfraquecimento da política de direitos humanos, já que não há
251 uma previsão de deslocamento de gastos do Ministério da Justiça para a execução das atividades de
252 defesa de direitos. Disse que dois atos concretos sinalizam, sem dúvida, que o governo que se
253 instala trabalhará com o enfraquecimento de direitos: o primeiro foi à fusão da SDH ao MJ, o outro
254 ato foi à revisão de terras tituladas. Defendeu que o CNDH busque fazer alianças com órgãos
255 independentes para a execução de suas atividades. Informou que quem irá substituí-lo será a
256 Procuradora Deborah Duprat. Disse que sempre conseguiu ter um diálogo com os Ministros da
257 SDH, mas teme que as novas estruturas não sejam muito abertas para o diálogo das pautas de
258 direitos humanos. Teme que a agenda de direitos humanos seja identificada como “coisa de
259 esquerda”, “coisa do governo anterior”. Disse que a questão de Belo Monte foi um divisor de águas
260 no diálogo com o governo Dilma. Que a questão energética do governo anterior era equivocada e
261 promoveu a criação de um empreendimento sem pensar na população local atingida. O CNDH
262 como instituição de direitos humanos terá que fazer uma forte administração em todos os estados
263 brasileiros que violam os direitos humanos. Disse que não houve a menor preocupação de gênero no
264 primeiro escalão do governo e que atualmente existe uma ação de destruir a compreensão de
265 gênero. As conquistas dos últimos anos em favor da liberdade e inclusiva de direitos relacionadas
266 com gênero, que aprisionava o feto, estão sob ataque. O Brasil é um dos países mais violentos do
267 mundo e o Estado não tem conseguido responder favoravelmente a essa violência. Segundo o
268 conselheiro, os atos que o Ministro Eugênio Aragão realizou, nos poucos meses de atuação, foram
269 maiores do que os atos realizados nos últimos 12 anos pelo Ministério da Justiça. Reconheceu a
270 maior inclusão universitária por meio de diversas ações governamentais como a política de cotas e



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

271 de manutenção dos alunos. O conselheiro apresentou o Relatório de Gestão da PFDC e ressaltou
272 que a PFDC se caracteriza como um ombudsman de direitos humanos e que irá solicitar junto à
273 ONU o reconhecimento como Instituição Nacional de Direitos Humanos. A conselheira Dirlene
274 falou que a construção do Conselho com a participação do conselheiro Aurélio Rios, que trouxe
275 sempre a questão histórica dos direitos humanos foi fundamental. O conselheiro Everaldo Patriota
276 disse que o momento é delicado e reforçou a análise da conjuntura atual. Ressaltou que no relatório
277 de gestão a PFDC colocou o CNDH em destaque. O conselheiro fez o agradecimento, em nome do
278 CNDH, pela ilustre participação e contribuição do conselheiro Aurélio Rios durante todos esses
279 anos e sua sensibilidade e comprometimento com a pauta de direitos humanos. A presidente do
280 CNDH colocou em pauta o decreto que institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos
281 Humanos. O Programa está funcionando atualmente de forma precária. Os defensores denunciam
282 que o Conselho deliberativo não tem participação da sociedade civil. Disse que em conversa na
283 SDH, o entendimento é que na regulamentação do decreto a participação social ia ser adicionada.
284 Tentou uma conversa com a Ministra Nilma, mas não foi possível. O Decreto não foi
285 regulamentado e encontra-se publicado conforme o texto original. O conselheiro Darci Frigo disse
286 que faz mais de seis meses que o comissão do Programa não se reúne. Além disso, são poucos os
287 estados que possuem ainda convênio via programa de defensores. O conselheiro Everaldo Patriota
288 lembrou que vários estados fecharam seus programas de proteção. Foram fechados 6 programas e
289 ainda está vigente em 8 estados. Defendeu que o Conselho se posicionasse em relação a isso.
290 O conselheiro Adelar Kupsinski disse que é muito preocupante o fechamento dos programas nos
291 estados e que os indígenas estão também sofrendo com a ausência do Programa. O conselheiro
292 Francisco Nóbrega disse que, no programa que existia em Pernambuco, desde 2006 já havia a
293 dificuldade da escolta. A participação da sociedade civil é importante para apontar as falhas do
294 sistema. O conselheiro Pedro Saldanha disse que não há, ainda, uma nova equipe a quem se reportar
295 na SDH e que por isso seria importante aguardar para tomar uma decisão mais concreta. O
296 conselheiro Everaldo Patriota disse que poderia ser apresentado ao novo Ministro que, se ele deseja
297 lutar pela redução dos homicídios, deverá ser garantida a manutenção e ampliação do Provita e
298 posteriormente do Programa de Defensores. O conselheiro Darci Frigo falou que a discussão e o
299 cenário em relação ao Decreto será apresentado para a Comissão de Defensores de Direitos
300 Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais e registrado em ata. Em
301 seguida, foram lidas as recomendações do Relatório Belo Monte. A Presidente informou que o
302 ofício com o Relatório foi enviado, por e-mail, a todas as entidades/órgãos listadas. O conselheiro
303 Everaldo Patriota disse que pela manhã já havia sido definido o envio do pedido de apuração de
304 improbidade ao IBAMA e que o processo de sanção é individual e o representante do órgão não está
305 mais no governo. Disse acreditar que não haveria como o colegiado, ao mesmo tempo, abrir um
306 procedimento de instauração de sanção e solicitar investigação de improbidade administrativa. O
307 procedimento precisa ser instaurado e verificado o crime. O conselheiro Francisco Nóbrega disse
308 que a sanção pode ser aplicada ao não atendimento de uma recomendação do Conselho. O
309 conselheiro Everaldo Patriota disse se preocupar com a segurança jurídica, pois não há uma prova



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

310 do recebimento da notificação e o documento foi mandado pelo coordenador de forma eletrônica.
311 Foi deliberado que a Presidência do CNDH assinará novos ofícios e enviará por e-mail e por meio
312 físico a todas as entidades/órgãos, colhendo o protocolo de recebimento do relatório de cada local.
313 A Presidente Ivana Farina apresentou sobre a postulação do Conselho Nacional dos Direitos
314 Humanos junto ao Alto Comissariado de Direitos Humanos (ONU) para reconhecimento
315 como Instituição Nacional dos Direitos Humanos. Relatou as etapas para a aprovação da Lei que
316 transformou o CDDPH em Conselho Nacional dos Direitos Humanos (Lei nº 12.986/2014) e
317 adequação do CNDH aos Princípios de Paris. Disse que o momento é oportuno para a solicitação do
318 reconhecimento do CNDH como Instituição Nacional de Direitos Humanos, pois já existem
319 comissões permanentes instaladas e a presidência está representada pela sociedade civil. O Chefe da
320 Assessoria Internacional da SDH, Rodrigo Moraes explicou que são três categorias (A, B e C) de
321 instituições de acordo com o atendimento aos Princípios de Paris. Em 2014, existiam 70 instituições
322 do tipo A, 25 na categoria B e 10 na categoria C. Na América do Sul e Central, existem diversas
323 instituições do tipo A (Colômbia, Costa Rica, Bolívia, Equador, El Salvador, Haiti). O chefe da
324 Assessoria Internacional informou que o pedido de reconhecimento deve ser formalizado pelo
325 CNDH Conselho ao “*International Coordinating Committee of National Institutions for the*
326 *Promotion and Protection of Human Rights (ICC)*”, cuja Secretaria é o Alto Comissariado das
327 Nações Unidas para os Direitos Humanos. O conselheiro Pedro Saldanha disse que a entrada do
328 pedido é um processo fácil, mas o trâmite é demorado. A partir do recebimento pelo Comitê, o
329 Conselho é notificado e é solicitado que o Conselho forneça os documentos que serão apreciados. O
330 MRE pode providenciar a tradução e o envio do documento. Entre os documentos que serão
331 solicitados está o detalhamento da estrutura do CNDH e adequação aos Princípios de Paris e o envio
332 de um Relatório de atividades anual. O conselheiro registrou que o reconhecimento gera também
333 obrigações internacionais. Foi deliberado que o Conselho irá postular o pedido de reconhecimento
334 como Instituição Nacional de Direitos Humanos junto ao Alto Comissariado de Direitos Humanos.
335 O conselheiro Leonildo Monteiro solicitou a inclusão de um ponto extra-pauta e apresentou uma
336 denúncia que a Prefeitura de Brusque estuda punir a população em situação de rua que se negue a
337 receber ajuda/atendimento assistencial. A proposta do poder público é implementar a internação
338 compulsória. Disse que a Promotora de Justiça afirma que não há acolhimento, não existe um
339 Centro de Referência para a População em Situação de Rua. Portanto, o objetivo do poder público é
340 enviar essa população para manicômios, para comunidades terapêuticas. O conselheiro propôs que
341 ele acompanhasse, em nome do CNDH, ir na quinta-feira, dia 19 de maio, a Oitiva para tratar do
342 caso. A Mesa Diretora deliberou pela designação do conselheiro Leonildo Monteiro para a Oitiva
343 em Brusque/SC. A Coordenadora Renata emitirá um expediente para que seja apresentado pelo
344 conselheiro. A Presidente do CNDH apresentou um esboço do Planejamento de atividades que foi
345 construído pelo Conselheiro na oficina realizada com a organização Aldeias Infantis: Reuniões
346 Ordinárias - 11 reuniões para 22 conselheiros, dois dias; Reuniões Extraordinárias – 2 reuniões,
347 para 22 conselheiros, dois dias; Comissões – bimestrais para 15 participantes, 1 dia; número de GTs
348 – 6, reuniões trimestrais. O coordenadora-geral do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

349 Tortura, Rafael Barreto, apresentou e entregou ao Plenário do CNDH o Relatório Anual do
350 Mecanismo. Afirmou que nesse primeiro ano de funcionamento, o MNPCT visitou diversos locais
351 de privação de liberdade, inclusive de locais de acolhimento da pessoa idosa. O conselheiro
352 Everaldo Patriota antecipou o convite ao representante do Mecanismo para Comissão Permanente
353 dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade. A Coordenadora Renata Studart
354 apresentou o convite direcionado ao CNDH para participar da reunião na Procuradoria da República
355 no Estado de Pernambuco, que será uma prévia à visita da Corte Interamericana de Direitos
356 Humanos ao Complexo do Curado, no dia 24 e 25 de maio de 2016. O conselheiro Everaldo
357 Patriota e um representante do MRE foram designados para acompanhar a agenda. Sobre a
358 construção do Relatório de Atividades do CNDH, o Plenário deliberou que verificará a
359 possibilidade de firmar parceria com a FLACSO. Foi **deliberado** o envio de um ofício de
360 cumprimento ao novo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos
361 Deputados. A próxima Reunião Ordinária está marcada, conforme calendário aprovado, para os dias
362 09 e 10 de junho. Foram apresentadas como propostas de pauta: Audiência com o Ministro Luiz
363 Fux sobre representação da PGR contra o Deputado Federal Jair Bolsonaro; solicitar a resposta do
364 IBAMA sobre o recebimento do Relatório Belo Monte; relatoria do Pedido de Reconhecimento
365 junto à ONU; parceria da FLACSO para elaboração do Relatório de atividade do CNDH. Foi
366 definido como tarefa para a próxima reunião que cada coordenador e coordenadora de GT na 12ª
367 Conferência deverão revisar as propostas aprovadas na 12ª Conferência Nacional dos Direitos
368 Humanos. Foram definidas as Comissões Permanentes que reunir-se-ão nos dias antecedem a
369 próxima Reunião Ordinária: Dia 07 de junho – Comissão de Direitos Humanos e Segurança
370 Pública; Comunicação de Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão; Dia 08 de junho –
371 Comissão dos Direitos da População em Situação de Rua; Comissão dos Defensores de Direitos
372 Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais. Fim da 16ª Reunião
373 Ordinária.